

PROJETO EDUCATIVO

2014-2017

Índice

0. INTRODUÇÃO.....	3
1. VISÃO E MISSÃO	5
2. CARATERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO	8
3. PARA UM DIAGNÓSTICO	10
4. OS NOSSOS OBJETIVOS.....	14
4.1. Objetivos de medida.....	15
4.2. Metas curriculares	18
5. OS NOSSOS MARCOS DE ORIENTAÇÃO	20
5.1. Paradigma educativo do Agrupamento.....	20
5.2. Suporte concetual.....	21
5.3 Opções pedagógico-didáticas.....	22
5.4. Gestão curricular	22
6. O PLANO DE AÇÃO.....	23
6.1. Planificação das Atividades Letivas e Desenvolvimento Curricular	23
6.2. A Educação Especial – resposta à diferença.....	24
6.3. Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	24
6.4. Atividades de complemento do currículo	26
6.5. Apoios educativos e orientação escolar	27
6.6. Educação Afetivo-Sexual e para a Saúde.....	29
6.7. Prevenção e mediação de conflitos.....	31
6.8. Gestão dos espaços – conservação e embelezamento dos espaços / recursos .	31
6.9. Gestão das relações.....	32
6.9.1. Alunos	33
6.9.2. Docentes	33
6.9.3. Pessoal Não Docente	34
6.9.4. Pais e Encarregados de Educação	35
6.9.5. Parcerias	36
6.10. Critérios para a constituição de turmas	37
6.11. Comunicação no Agrupamento.....	38
6.12. Setor Administrativo-financeiro	39
7. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	40
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42
8.1. Legislação.....	43
9. ANEXOS.....	45

A começar...

2

Recomeça...
Se puderes,
Sem angústia e sem pressa.
E os passos que deres,
Nesse caminho duro
Do futuro,
Dá-os em liberdade.
Enquanto não alcances
Não descanses.
De nenhum fruto queiras só metade.
E, nunca saciado,
Vai colhendo
Ilusões sucessivas no pomar.
Sempre a sonhar
E vendo,
Acordado,
O logro da aventura.
És homem, não te esqueças!
Só é tua a loucura
Onde, com lucidez, te reconheças.

Miguel Torga

0. INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo do Agrupamento (PEA), tal como o seu Regulamento Interno, constitui-se como um instrumento do exercício da autonomia desta unidade orgânica, consagrada pela Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, desenvolvida pelo Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, e reforçada pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril – alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, que altera e republica o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril - que reconhece ao Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa, a partir de agora denominado abreviadamente por Agrupamento, a capacidade de «tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da ação social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe estão atribuídos» (n.º 1 do art.º 8º do Decreto-Lei n.º 75/2008, na sua redação atual).

Neste quadro, o PEA é o «documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o Agrupamento se propõe cumprir a sua função educativa» (alínea a) do n.º 1 do art.º 9.º, do Decreto-Lei n.º 75/2008, na sua redação atual).

Este documento, que se assume na sequência do anterior projeto educativo, tem em conta os resultados dos relatórios de Autoavaliação do Agrupamento, dos Planos de Melhoria e respetivos relatórios, bem como os contributos das diferentes estruturas do Agrupamento.

Assim, o PEA resulta de um processo interativo, sujeito aos reajustamentos que a sua operacionalização vier a exigir, de modo a sedimentar o sentimento de pertença à comunidade e a identidade do Agrupamento, reforçando as suas competências e a sua autonomia.

O Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa é a matriz de referência de onde partem os outros projetos do Agrupamento que configuram os seus diferentes graus de concretização: o Projeto Curricular do Agrupamento, os

Planos de Atividades das Turmas, o novo Programa de Autoavaliação, o Plano Anual de Atividades, com suas implicações plurianuais, e o plano estratégico para o ano letivo de 2014/2015, em conformidade com o art.º 15.º do despacho normativo n.º 6/2014, de 26 de maio.

Este Projeto configura ainda o resultado da reflexão alargada na estreita observância da estratégia desenhada pelo Conselho Pedagógico que preconiza provocar nas estruturas intermédias o debate e a discussão aberta e atuante. É nosso entendimento dar continuidade aos projetos anteriormente desenvolvidos, devendo procurar conjugar e conciliar o atual contexto cultural, social e económico, com a política que a escola assume na resposta à diversidade da realidade local, bem como, resolver alguns dos constrangimentos apontados nos resultados da Avaliação Externa e da Autoavaliação do Agrupamento e respetivos Planos de Melhoria. Neste sentido, continuamos a apostar num projeto realista e pragmático que não ceda às tentações das rotinas e da inércia.

Pretende-se que seja um projeto que tenha sempre presente a “linha do horizonte” e não o “casco do barco” e que os seus princípios, normas e valores sejam perpetuados na sala de aula e em todas as atividades do Agrupamento; um projeto de ideias e de propósitos educativos essenciais à consolidação do Agrupamento e das suas relações; um projeto para a ação, que abarque num todo coerente e consensual as diferentes atuações e que produzam os seus efeitos nos cidadãos do amanhã; e um projeto que provoque melhorias significativas no sucesso de todos os alunos, com projeção na dimensão social e educativa. O seu sucesso deverá assentar numa educação de base com qualidade para todos, no desenvolvimento de um trabalho de clarificação de exigências quanto às aprendizagens e aos modos como se processam, sustentado pela participação, pela responsabilidade profissional e pela avaliação sistemática dos processos e dos resultados.

Em suma, este projeto constitui uma referência e um dispositivo para a mudança qualitativa do Agrupamento e de cada um dos seus estabelecimentos. Os seus princípios e a sua operacionalização constituir-se-ão como elemento estruturante da mobilização de toda a comunidade educativa.

1. VISÃO E MISSÃO

Através do seu projeto educativo, o Agrupamento ambiciona contribuir para impulsionar um modelo pedagógico ajustado às necessidades e interesses dos seus alunos. Pretende-se que o Agrupamento seja capaz de responder às necessidades da comunidade envolvente e às exigências do mundo atual e, assim, preparar e qualificar os seus alunos para ingressarem na vida ativa ou para prosseguirem os seus estudos, munindo-os de capacidades que garantam a sua empregabilidade e a aprendizagem ao longo da vida.

É necessário que a escola possibilite a capacitação necessária à realização e desenvolvimento pessoais, à cidadania ativa, à coesão social e à empregabilidade.

Tudo isto é consonante com as opções do Conselho da Europa e do Parlamento Europeu, em 2006, espelhadas nas oito competências-chave essenciais para a aprendizagem ao longo da vida: comunicação em língua materna; comunicação em línguas estrangeiras; competência matemática e competências básicas em ciências e tecnologias; competência digital; aprender a aprender; competências sociais e cívicas; espírito de iniciativa e espírito empresarial; sensibilidade e expressão culturais. Por esta razão, o Agrupamento continuará a promover uma cultura de rigor e de esforço, valorizando a formação ao longo da vida.

Importante será, também, manter uma constante articulação com o meio envolvente, que permitirá aprofundar a formação pessoal e social dos alunos e a sua participação ativa e responsável na identificação e procura de soluções para os problemas emergentes da comunidade. Só desta forma se poderá projetar uma escola aberta à comunidade, com um papel interventivo na resolução dos seus desafios.

Numa escola que se idealiza, numa perspetiva humanista, como formadora de empatias capazes de fomentar a participação dinâmica, responsável e colaborativa de todos, o respeito pelos outros e os valores e princípios democráticos dos direitos humanos devem constituir a base da atuação dos seus agentes. Assim, é essencial que a escola, atenta às diversidades culturais existentes, dentro e fora dela, fomente a formação de cidadãos responsáveis, intervenientes, tolerantes e solidários.

As linhas que traçamos privilegiarão a procura de respostas diferentes para necessidades diferentes, no sentido de caminhar para uma verdadeira escola inclusiva.

Com o objetivo de concretizar os princípios de Escola Inclusiva, que estiveram na base das práticas pedagógicas deste Agrupamento, continuaremos a fomentar o sucesso educativo de todos os alunos, garantindo aos que têm necessidades educativas especiais os apoios necessários, adotando as estratégias educativas que melhor se ajustem à situação de cada um.

Inscrevendo-se numa lógica de continuidade dos projetos educativos anteriores, este projeto educativo espera contribuir, com a participação responsável de todos os seus agentes, para uma educação de qualidade, assente na inovação curricular, na formação e valorização profissional e na promoção do desenvolvimento das competências-chave para uma aprendizagem ao longo da vida e da adoção de valores de cidadania e de atitudes de respeito e de valorização pela diversidade.

Configura-se, assim, um clima de escola alicerçado no prazer de pertencer ao Agrupamento, através da valorização do trabalho, do esforço e do rigor. Os próximos três anos de vivência do Agrupamento serão cruciais para a consolidação e generalização da assunção deste novo modelo e das relações de trabalho colaborativo entre todos os seus estabelecimentos de ensino.

Nestes termos, o Agrupamento assume que o seu projeto educativo deve concretizar as seguintes funções:

- Servir como ponto de referência para a gestão e tomada de decisão dos órgãos do Agrupamento e dos agentes educativos;
- Garantir a unidade de ação do Agrupamento nas suas variadas dimensões;
- Constituir-se em quadro da contextualização curricular;
- Servir de base ao trabalho colaborativo entre todos os intervenientes no processo educativo;
- Promover a congruência dos aspetos organizacionais e administrativos com o papel educativo do Agrupamento;
- Reforçar o sentimento de pertença e de identidade do Agrupamento.

O Agrupamento trabalhará para ser reconhecido como organização de referência nas relações com a comunidade onde se insere, no combate ao insucesso e ao abandono escolar e na promoção de uma cultura de esforço e exigência, de valores e de princípios de justiça, igualdade, tolerância e respeito pela diferença, imparcialidade e solidariedade.

Confiamos no papel fundamental que cada estabelecimento do Agrupamento deve exercer na formação de cidadãos com espírito crítico, reflexivo e democrático,

pelo que consideramos na nossa atuação o rigor, a qualidade e a equidade como princípios estruturantes de aprendizagens significativas. As aprendizagens curriculares e extracurriculares, para além dos conteúdos programáticos, devem consolidar valores de referência, como o esforço, o trabalho, a solidariedade e a colaboração.

É com o envolvimento ativo de todos que se pretende criar um meio facilitador de organização de dinâmicas de mudança que propiciem aprendizagens de sucesso para todos.

2. CARATERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas é constituído pela Escola Básica Fernando Pessoa (escola-sede), sete escolas básicas – EPE+1.º CEB, três escolas do 1.º ciclo do ensino básico e quatro jardins de infância (educação pré-escolar), a saber:

- Escola-sede – Escola Básica Fernando Pessoa – na cidade de Santa Maria da Feira, a partir de 15 de setembro de 2014, no número 278 da Alameda Fernando Pessoa – instalações que foram concebidas segundo os modernos padrões de exigência nacional e europeia;

- Escolas Básicas – EPE+1.º CEB

 - Escola Básica n.º 2 da Feira

 - Escola Básica de Mieirol

 - Escola Básica de Milheirós

 - Escola Básica de Espargol

 - Escola Básica de Mosteirô

 - Escola Básica de Valrico

- EB do 1.º CEB:

 - EB da Feira – Santa Maria da Feira

 - EB de Badoucos – Souto

 - EB de Outeiro – Travanca

- Jardins de infância (JI) – Educação Pré-Escolar (EPE):

 - JI da Cruz – Santa Maria da Feira

 - JI de Macieira – Souto

 - JI de Padrão – Souto

 - JI de Outeiro – Travanca

 - JI de Tarei

São estabelecimentos de educação e ensino que abrangem população-alvo que integra, por força da recente reforma administrativa, duas uniões de freguesias (União das Freguesias de Souto e Mosteirô; e União das Freguesias Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargol, não provindo para o Agrupamento os alunos de Sanfins).

- População escolar no início do ano letivo de 2014/2015: 2344 alunos, 170 professores, 54 auxiliares da acção educativa e 9 funcionários administrativos.

– O Agrupamento proporciona, ao nível do 1.º ciclo, atividades de enriquecimento curricular (AEC) nos seguintes domínios: Inglês; e Expressões – físico-desportivas e lúdico-expressivas.

– Como oferta de escola, no domínio das expressões e tecnologias, o Agrupamento ministra a lecionação das disciplinas de “Dança”, no 7.º ano, e “Oficina de Artes”, no 8.º ano.

– A oferta complementar integra o currículo na modalidade de “Educação para a Cidadania”, no 1.º ciclo, e “Escola e Cidadania”, nos 2.º e 3.º ciclos.

A nível do contexto local, cumpre referir o seguinte:

– Na cidade, existe este Agrupamento e o Agrupamento de Escolas de Santa Maria da Feira, com sede na Escola Secundária.

– O concelho de Santa Maria da Feira, com uma população que atinge 140 037 habitantes (dados de 2012), é, no âmbito da Área Metropolitana do Porto (AMP), um dos mais dinâmicos municípios em termos demográficos. Dos 1570817 (dados de 2004) habitantes da AMP, 9% são feirenses; e este dado é tão ou mais importante se se sublinhar que, de 1991 para 2001, a população deste concelho registou um crescimento na ordem dos 15% – uma das mais fortes dinâmicas de crescimento em toda a AMP.

Com uma densidade populacional na ordem dos 645,3 hab/km² (dados de 2011), Santa Maria da Feira está longe da média da AMP, não havendo ainda no concelho o nível de saturação habitacional registado em outros municípios da AMP. Com a modernização do país e a consequente alteração dos hábitos de vida dos portugueses, a natalidade em Portugal tem vindo a decrescer bastante nas últimas décadas. Embora não fuja a essa regra, Santa Maria da Feira apresenta, contudo, valores de natalidade superiores à taxa nacional e à maioria dos municípios da AMP.

No que concerne à taxa de mortalidade, os dados comprovam que Santa Maria da Feira é um concelho de dianteira deste indicador: um número bem inferior aos valores nacionais, e que permite afirmar que os investimentos efetuados na área da Saúde têm tido resultados bem positivos.

Sabendo-se que a população portuguesa tem envelhecido ao longo das últimas décadas, Santa Maria da Feira parece querer inverter essa tendência. De facto, este é um dos municípios que, em toda a AMP, apresenta maiores percentagens de população jovem (de 0 aos 24 anos).

3. PARA UM DIAGNÓSTICO

A reflexão levada a efeito pelos diferentes grupos de trabalho, constituídos por elementos da Educação Pré-Escolar, do 1.º Ciclo, do 2.º, do 3.º e da educação especial, permitiu-nos fazer o seguinte ponto de situação:

10

- Alguns alunos apresentam défice nos seguintes domínios: concentração, autodisciplina, atitudes cívicas, motivação, hábitos de trabalho, organização, autonomia, iniciativa e seleção da informação disponível. Decorrentes das anteriores, surgem: défice de aprendizagens relacionadas com os pré-requisitos para a aquisição dos mecanismos da leitura/escrita; défice de pré-requisitos para a matemática; défice nas metodologias de estudo individual e na gestão racional dos tempos livres, de modo a torná-los enriquecedores; falta ainda de empenho e perseverança no desenvolvimento dos trabalhos propostos.

- Alguns alunos, oriundos de famílias desestruturadas, apresentam geralmente grandes carências afetivas, dificuldades de adaptação e de aprendizagem, falta de motivação, que se traduzem muitas vezes em insucesso escolar. Este está relacionado também com a ausência de hábitos e regras de comportamento, conflitos emocionais de relação com os outros, problemas disciplinares e comportamentos de risco.

- Lacunas no domínio do Português que se traduzem em adequar a expressão escrita e oral a cada contexto, em todos os níveis de ensino.

- Necessidade de consolidar de forma mais sistemática a articulação vertical e horizontal de conteúdos e metodologias entre anos, ciclos e níveis de ensino.

- Crescente desvalorização da escola perante outros interesses resultantes da sociedade da informação e tecnologia em que vivemos. É sentido por todos os que trabalham com crianças e jovens que estes passam demasiadas horas a desenvolver atividades, como ver televisão, conversações on-line, jogos electrónicos, etc.;

- Comportamentos e atitudes que alguns alunos evidenciam na sala de aula e nos espaços escolares comuns, que têm vindo a derivar para o pior sentido, dificultando, por vezes, o processo de ensino-aprendizagem. Apesar de não existir um clima geral de indisciplina nas escolas do Agrupamento, há uma forma de estar na sala de aula que não respeita as regras estabelecidas, por parte de alguns alunos. As características que mais ressaltam neste campo são a tendência para a indisciplina,

insolência e alguma indolência. Este fenómeno está a aumentar, embora não atingindo ainda valores preocupantes. No entanto, deve ser considerado um problema nas turmas onde é mais notório, pois interfere diretamente no ambiente da escola e nas aprendizagens dos alunos.

- Dificuldades a nível da articulação no sentido de harmonizar e uniformizar critérios com o objetivo de prevenir e controlar comportamentos inadequados.

- É sentida a preocupação com a necessidade de um maior envolvimento dos pais na vida escolar, nomeadamente na resolução de alguns problemas de indisciplina e de insucesso que atualmente existem. A crescente permissividade de alguns pais e a falta de controlo que revelam relativamente aos seus educandos, contribui para o agravamento desta situação. A estas dificuldades não pode ser alheio o facto de vivermos atualmente numa sociedade que dificulta a vida em família, não permitindo muitas vezes a disponibilidade de prestar uma educação plena por parte de alguns pais e encarregados de educação aos seus educandos. A escola não pode ser alheia a este facto.

- Resistência em algumas situações que implicam mudanças, que levam a uma rutura das rotinas instaladas e inadequadas e que a bem de uma melhor organização e desempenho é necessário proceder.

- Alguma debilidade na implementação do trabalho cooperativo e na constituição de equipas ou parcerias pedagógicas, devido à dificuldade de coordenação da atividade conjunta dos professores por razões de conjugação de horários.

- Apontam-se ainda algumas fragilidades no desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar, com especial incidência nos planos de atividades das turmas e na planificação coerente e eficiente das atividades a longo e médio prazo.

- Mantêm-se fragilidades no desenvolvimento de uma prática de investigação-reflexão-ação em contexto de trabalho.

- Existe ainda alguma debilidade nas interações dos órgãos pedagógicos e de coordenação e na assunção eficiente e eficaz das suas competências.

- Persiste a necessidade de generalizar ainda mais o princípio de pertença a uma comunidade reflexiva capaz de transformar as suas práticas num processo em que a cooperação e a responsabilidade são elementos de confluência para a qualidade do processo educativo.

– Com a crise no setor secundário, o desemprego aumentou em muitas empresas da região cuja população, de onde provêm os nossos alunos, foi confrontada com uma degradação das condições de vida. Este facto é confirmado pelo aumento do número de alunos subsidiados em cada ano letivo. Esta situação é também um fator que condiciona o sucesso educativo destes alunos.

– O corpo docente revela empenho que se reflete, entre outras ações, na preocupação e persistência na procura das respostas mais adequadas ao contexto sala de aula, bem como através da apresentação de projetos pedagógicos de reconhecido valor. De salientar que esta disponibilidade se reflete igualmente, na recetividade do Agrupamento para acolher crianças com necessidades educativas especiais, recorrendo a modelos de atendimento adaptados e superando, muitas vezes, a falta de condições favoráveis e adaptadas às caraterísticas dos alunos;

– Revela-se alguma instabilidade na organização e gestão dos recursos humanos de apoio educativo no primeiro ciclo;

– Os assistentes operacionais, embora revelando empenho no exercício das suas funções, são insuficientes para cobrir todas as necessidades do Agrupamento;

– Continua a existir uma certa debilidade nos espaços físicos e materiais para as áreas de expressões (expressão físico-desportiva, expressão plástica e expressão musical) nas escolas do pré-escolar e do 1º ciclo;

– O elevado reconhecimento pedagógico e o bom relacionamento entre docentes, alunos, pais e encarregados de educação e entidades externas à escola leva a que cada vez mais os encarregados de educação optem por incluir esta escola na sua lista de prioridades aquando da matrícula dos seus educandos, fazendo com que continue a existir um elevado número de alunos para as infraestruturas existentes.

Em face do presente diagnóstico, cumpre lançar a questão-problema:

“Como levar a cabo num Agrupamento de tais dimensões, populacional e topográfica, e de tanta variedade social e económica a administração de um serviço público de qualidade que garanta a real inclusão e o consequente sucesso escolar e educativo”?

À candente questão ora levantada temos de responder com um plano de ação, coerente e consequente, em que os objetivos se apresentem como apelativos e exequíveis e os meios se afigurem adequados à consecução do grande desígnio da

educação e do ensino, no quadro de um percurso educativo que, de momento, tem o seu término temporal no final do 9.º ano de escolaridade, mas de que tem de se garantir a continuidade numa escola secundária e, desejavelmente, a breve prazo, na sede do Agrupamento.

Tal não obsta, antes o postula, a que se devam fazer esforços de procura de percursos alternativos, que garantam o cumprimento da escolaridade, de acordo com o perfil e as necessidades dos diversos alunos.

Assim, passamos a enunciar os nossos objetivos, os nossos marcos de orientação e o plano de ação em concreto.

4. OS NOSSOS OBJETIVOS

O Projeto Educativo do Agrupamento não pode esquecer os grandes princípios e finalidades do sistema educativo e da sua lei fundamental – a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Após a Educação Pré-Escolar (e em breve com ela), inicia-se o processo de educação sequencializado por uma escolaridade de 12 anos: três ciclos de ensino básico e um de um de ensino secundário (atualmente universal e obrigatório).

Para que os alunos percorram a escolaridade obrigatória com sucesso (e não simplesmente para que a percorram), o Agrupamento precisa de se reorganizar em função da população heterogénea que o frequenta, para poder responder às necessidades individuais de cada aluno, criando uma igualdade de oportunidades que leve ao seu sucesso educativo. Mas, como a comunidade educativa não é constituída simplesmente pelos alunos, é necessário contar com os vários intervenientes: pessoal docente, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, autarquias e outros agentes da comunidade.

Seguiremos o princípio de um Agrupamento de sucesso para todos, respeitando as diferenças individuais dos alunos, tendo sempre presente o que Miguel Torga nos aponta no poema com que iniciamos este Projecto Educativo: ***“Enquanto não alcances / Não descanses. De nenhum fruto queiras só metade”***.

Pretendemos ser um “Agrupamento para todos num Agrupamento como um todo”, de forma a criar condições que concretizem uma formação de base com qualidade nas aprendizagens e contribuir para a construção de uma escola inclusiva, uma escola de afetos, humana, criativa e inteligente, que vise a formação integral de todas as crianças e jovens e a promoção de aprendizagens realmente significativas, através do esforço, do trabalho e do empenho.

Pretendemos, também, a democraticidade, a participação e a colegialidade como critérios de referência no funcionamento da organização, assentando nos valores fundamentais do respeito pelo outro, na solidariedade e na cooperação.

Pretendemos ainda:

- Reforçar o trabalho colaborativo entre docentes, espoletando a emergência de uma cultura de equipa e de partilha de forma mais consolidada;

- Reforçar o desenvolvimento de uma gestão participada que conduza à satisfação e motivação do corpo docente e não docente;
- Reforçar a implementação de um modelo de modernização administrativa, pela prestação de melhores serviços, pela desburocratização de procedimentos e pelo aumento de qualidade da gestão e funcionamento do Agrupamento;
- Melhorar os mecanismos de comunicação e participação interna a nível do Agrupamento;
- Reforçar a criação de condições para tornar o Agrupamento cada vez mais uma instituição com identidade própria, interveniente e aceite de pleno direito junto da comunidade.

4.1. Objetivos de medida

A partir do referencial de qualidade educativa referido no Programa Educação 2015, apoiado na análise sistemática dos resultados que o Agrupamento tem vindo a fazer no Conselho Pedagógico, este órgão, depois de ouvidas as diferentes estruturas e tendo como referência os três últimos anos letivos (ponto de partida), definiu os convenientes objetivos de medida a alcançar num período temporal análogo ao do supracitado Programa.

Em anexo a este Projeto Educativo, aparecerão os objetivos de medida globais para o ano letivo, por disciplina, ano e estabelecimento, com a indicação do referencial dos três últimos anos. Estes anexos serão objeto de reformulação no início de cada ano letivo.

Assim e desde já, todos os elementos, estruturas e recursos, devem ser mobilizados para:

- Melhorar a taxa de sucesso à disciplina de Matemática;
- Melhorar o desempenho dos alunos no domínio do Português, tendo como referência o Plano de Melhoria da Língua Portuguesa em desenvolvimento no nosso Agrupamento;
- Reforçar a articulação do Plano Nacional de Leitura com as diversas disciplinas;
- Implementar ou aumentar o ensino experimental e/ou experienciado;

- Aumentar em 4 % a percentagem de alunos que transitam sem níveis negativos a todas as disciplinas, nos diferentes anos;
- Reduzir para 0% a taxa de abandono escolar/ absentismo em todos os níveis de ensino;
- Melhorar em 4 % os níveis positivos (4 ou 5) nas turmas / disciplinas sem insucesso / insucesso reduzido;
- Diminuir as participações disciplinares e as ordens de saída da sala de aula;
- Reforçar as condições para que as situações de indisciplina e agressividade no meio escolar diminuam, definindo e pondo em prática critérios de atuação comum;
- Diversificar metodologias e estratégias que conduzam à aquisição de aprendizagens significativas e que fomentem a concentração e persistência na concretização de tarefas na sala de aula;
- Aumentar os índices de utilização das TIC na sala de aula;
- Criar condições para que, ao longo do ano letivo, todas as aulas possíveis possam ser efectivamente lecionadas;
- Aprofundar a articulação curricular entre ciclos, durante todo o ano letivo, desenvolvendo um trabalho contínuo de articulação de experiências, ideias e propostas, no sentido de melhorar o sucesso educativo dos alunos do Agrupamento, tendo como referência o respetivo plano de articulação curricular;
- Criar mecanismos que permitam que as atividades a desenvolver nas AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular) ajudem e sejam uma mais valia para a concretização dos respetivos Planos das Atividades das Turmas;
- Implementar mecanismos de reforço do trabalho e do estudo dos alunos que apresentam dificuldades temporárias de aprendizagem, nomeadamente:
 - . Encaminhar os apoios sócios educativos preferencialmente para os anos com elevado índice de insucesso;
 - . Estabelecer uma diferente gestão dos apoios educativos consignados nas atividades de complemento do currículo, como, por exemplo, o APA (apoio pedagógico acrescido), direcionando-os preferencialmente para a aplicação de estratégias de recuperação e acompanhamento que passem pela criação de grupos de nível, de forma a rentabilizar o apoio pedagógico acrescido, devendo-se, ainda, estabelecer formas de trabalho cooperativo dentro do período letivo, recorrendo a uma melhor gestão flexível do tempo e possibilitando a circulação pontual de alunos, mediante plano elaborado pelos professores envolvidos;

- Criar/procurar percursos diversificados para os alunos com baixas expectativas, baixa autoestima e insucesso reiterado;
- Reforçar a oferta educativa a nível lúdico-artístico nas atividades de complemento do currículo;
- Articular o Plano de Atividades das Bibliotecas com os Planos de Atividades das Turmas;
- Aproximar o número de requisição domiciliária de livros dos alunos das escolas ao número total de alunos, harmonizando os números da requisição domiciliária por ano e criando mecanismos de controlo de leitura efetiva, especialmente no 3.º ciclo;
- Criar os mecanismos que permitam a utilização dos recursos das Bibliotecas por todos os estabelecimentos do Agrupamento;
- Criar mecanismos que permitam responder de forma mais eficaz às necessidades educativas de carácter permanente, assegurando as adequações necessárias ao processo de ensino-aprendizagem;
- Responder de forma mais adequada à inserção na comunidade dos nossos jovens, estabelecendo parcerias e protocolos, nomeadamente com empresas onde os alunos com currículo alternativo possam desenvolver uma área vocacional;
- Implementar mecanismos de orientação vocacional e apoio psicológico;
- Aprofundar os mecanismos que promovem a Educação para a Saúde, dinamizando projetos, nomeadamente a nível da alimentação, consumo, sexualidade e desporto, envolvendo diferentes parceiros (autarquias, centros de saúde, hospital, PSP – Escola Segura e outras instituições);
- Estabelecer mecanismos conducentes ao aprofundamento de temas transversais, em cada ano de escolaridade, como, por exemplo, igualdade de oportunidades, sustentabilidade, ecologia, entre outros;
- Promover e valorizar de forma mais sistemática a atitude e reflexão crítica construtiva, em todas as estruturas organizativas do Agrupamento, bem como em todos os espaços onde exista partilha de opiniões;
- Melhorar os mecanismos de articulação entre as diferentes estruturas de orientação e coordenação educativa;
- Promover o envolvimento dos encarregados de educação no percurso escolar dos seus educandos;

- Continuar a gerir racionalmente o orçamento no sentido da concretização das atribuições de todos os serviços e angariar receitas próprias para suportar a implementação de projetos, bem como a rentabilização de espaços e equipamentos.
- Promover uma consciência ecológica na comunidade que se traduza na diminuição do consumo de água, de eletricidade e papel, sem afetar a qualidade do trabalho e o conforto dos utentes;
- Elaborar, no final de cada ano letivo, o plano estratégico para o ano letivo seguinte;
- Consolidar o sistema de autoavaliação do Agrupamento.

4.2. Metas curriculares

A sua definição e estruturação vêm na sequência de “uma tendência curricular internacional, marcante desde o início do presente século”, que postula “a explicitação e especificação, por parte de cada país, dos conhecimentos que os alunos devem alcançar e das capacidades que devem desenvolver em cada disciplina”. A especificação destas duas componentes – *conhecimentos* e *capacidades* – tem adotado a designação de *standards*.

No caso de Portugal, essa especificação configurou o que se designou por metas de aprendizagem, definidas por ciclo e disciplina. Agora, é a vigência das “metas curriculares”, que, sem desvirtuar os objetivos operacionais das suas antecessoras, constituem referencial obrigatório da promoção das aprendizagens e da avaliação das mesmas, assumindo o essencial dos conteúdos programáticos de cada disciplina. Trata-se de documentos relativos aos diversos níveis de escolaridade, mas com anualização das aquisições pretendidas.

“As metas curriculares constituem, pois, a par dos programas disciplinares, os documentos orientadores do ensino e da avaliação, sendo que os segundos enquadram a aprendizagem, enquanto as primeiras a concretizam”.

A necessidade de construir metas curriculares é particularmente sentida pelos países que procuram uma aproximação de políticas educativas, com peculiar destaque para as de avaliação dos sistemas de ensino, através de programas como o PISA, o TIMSS, e o PIRLS.

A uniformização curricular decorrente da construção das metas é uma opção estratégica fundamentada no facto de, ao facultar-se a todos os alunos, em contexto da escolaridade, o que é essencial aprender em cada disciplina, se estar a laborar no sentido da concretização do princípio da igualdade de oportunidades, que tem conduzido a escola. É, ainda, consensual a convicção de que à escola cabe um papel fundamental no desenvolvimento dos alunos, pelo que se preconiza que o currículo seja construído de modo que possa promover as capacidades cognitivas de todos. Nesta lógica, a construção das metas curriculares implica as seguintes decisões:

- As metas são únicas, devendo, nessa medida, ser alcançadas por todos os alunos, obviando assim à igualdade de oportunidades;
- O nível de aprendizagem estabelecido deve traduzir um compromisso entre o nível médio e o nível alto, condição para que se promova o desenvolvimento de todos.

Na especificação das metas curriculares, seguiram-se, como acontece em qualquer documento curricular, algumas linhas orientadoras alicerçadas em teorias da aprendizagem e da instrução. Dessas teorias da aprendizagem, ressaltam-se as que, sendo recentes, salientam a importância de aspetos como o conhecimento, a memória, a compreensão e a resolução de problemas.

É atualmente reconhecido que a especialização numa determinada área envolve a posse de um conjunto alargado de conhecimentos solidamente adquiridos, os quais podem ser facilmente recuperados e usados de forma flexível, numa determinada situação. Tal facto implica que, ao nível da aprendizagem escolar, se deva investir na aquisição e desenvolvimento do conhecimento, seja ele factual, concetual, procedimental ou metacognitivo.

A memória e a compreensão constituem processos fundamentais na aquisição, integração e recuperação do conhecimento. A compreensão, enquanto resultante do desenvolvimento contínuo e gradual de um conjunto de conhecimentos adquiridos previamente, não se opõe, assim, à memorização. Ambas suportam, em grande parte, o recurso a estratégias necessárias à resolução de problemas. São, ainda, de referir, como importantes na aprendizagem, as limitações temporais (de apenas alguns segundos) e de armazenamento (retenção de pouca informação) da memória a curto prazo.

Estas limitações da memória e o facto de o desenvolvimento de certas capacidades e conhecimentos depender de outros adquiridos previamente estão na origem de uma importante prescrição das teorias da instrução que nortearam a

redação das metas e que preconiza a necessidade de se organizar a aprendizagem em sequências coerentes que respeitem a ordem de aquisição das capacidades e dos conhecimentos envolvidos num determinado domínio.

Do mesmo modo, seguindo um dos princípios essenciais das teorias da instrução, intentou-se que nas presentes metas ficasse clara a relação entre o que se pretende que o aluno aprenda – conhecimento ou capacidade – e os processos envolvidos nessa aprendizagem. É assim que nos objetivos e, sobretudo, nos descritores, se procurou que estes dois aspetos fossem articulados, através de uma formulação que evidenciasse, através de um verbo, o processo necessário à aquisição e desenvolvimento do conhecimento ou capacidade em causa.

Em suma, as atuais metas curriculares, sendo fiéis aos princípios em se baseiam, identificam e operacionalizam os desempenhos que traduzem os conhecimentos a adquirir e as capacidades a desenvolver pelos alunos, respeitando a sua ordem de progressão e tendo em consideração os processos necessários a essa mesma aquisição e desenvolvimento.

Condensado de [Texto de Enquadramento das Metas Curriculares](http://www.dgidc.min-edu.pt/metascurriculares/?s=directorio&pid=1). [Em linha]. Disponível em: <http://www.dgidc.min-edu.pt/metascurriculares/?s=directorio&pid=1>, *acedido em outubro de 2014*

Nestes termos e como não podia deixar de ser, este Projeto Educativo assume as metas curriculares em tempo elaboradas e especificadas por ano e disciplina, as quais se dão aqui por transcritas e serão aplicadas em consonância com o contexto da sala de aula e contextos complementares, tendo em conta o ritmo de cada aluno.

5. OS NOSSOS MARCOS DE ORIENTAÇÃO

5.1. Paradigma educativo do Agrupamento

Na sua ação educativa, o Agrupamento assumirá o paradigma ecológico. À semelhança da ecologia, o Agrupamento será entendido como um ecossistema social e humano, partindo da ideia que um ecossistema = biocenose + biótopo + fatores físico-químicos, em que as diversas parcelas se definem do seguinte modo:

Biocenose, entendida enquanto conjunto dos seres vivos que interagem no ecossistema (encarregados de educação, alunos, professores, pessoal não docente);

Biótopo, entendido enquanto local onde convivem as diferentes populações (espaço geográfico do Agrupamento, freguesias, edifícios, salas de aula, biblioteca, etc.);

Fatores físico-químicos, entendidos como os fatores que interagem com o biótopo e a biocenose (Será a legislação, a organização escolar, o currículo, os meios e materiais didáticos e tecnológicos, o ambiente escolar, as adaptações aos interesses e necessidades, etc.).

A tendência natural dos ecossistemas é caminhar para o equilíbrio, cujo resultado final é o estado de “clímax”.

No nosso ecossistema escolar, este percurso basear-se-á na análise reflexiva e na prática de uma cultura colaborante e colaborativa, capaz de evitar ou resolver possíveis conflitos convivenciais entre intervenientes que divergem naturalmente.

A cultura que caracterizará o Agrupamento será a da promoção do sucesso e o respeito pelos valores humanos.

5.2. Suporte concetual

O suporte concetual geral será o **APRENDER**, pensado nas seguintes vertentes, que constituem os três eixos estruturantes deste Projeto Educativo:

Eixo 1 – Aprender a aprender;

Eixo 2 – Aprender a construir estilos de vida saudáveis;

Eixo 3 – Aprender a ser, a estar e a agir.

No âmbito deste projeto, o Agrupamento centrar-se-á em torno de valores como:

- . Respeito pela vida
- . Ser solidário
- . Ser responsável
- . Ser tolerante
- . Ser cooperante
- . Ser cidadão crítico e consciente

Estes valores conduzirão a atitudes a serem promovidas também pela abordagem das temáticas transversais: educação para os direitos humanos,

nomeadamente, prevenção e combate ao tráfico de seres humanos; educação para a saúde; educação para a igualdade; educação para a segurança e defesa nacional; educação ambiental; educação sexual; educação para o consumo; prevenção rodoviária; educação patrimonial; educação intercultural; educação artística, plástica e física.

5.3 Opções pedagógico-didáticas

Consciente da diversidade de pedagogias, o Agrupamento não adota, em exclusivo, nenhuma delas e dá a liberdade pedagógica aos seus docentes. No entanto, na fidelidade ao paradigma ecológico, privilegia a opção preferencial por uma pedagogia diferenciada, baseada no construtivismo, no trabalho cooperativo e interacionista, tendo em conta uma aprendizagem significativa.

5.4. Gestão curricular

Caberá às estruturas de orientação educativa um papel fundamental na construção do Projeto Curricular do Agrupamento (PCA). Este terá sempre a montante os documentos emanados a nível central e os princípios definidos neste Projeto Educativo do Agrupamento (PEA). A concretização adaptada à realidade “turma” deve ser realizada através do Plano das Atividades da Turma (PAT), o qual deve estar em consonância com o Plano Anual de Atividades do Agrupamento (PAAA).

Nestes termos, O PEA., o PCA., os PAT e o PAAA constituem os documentos estruturantes que servem de referência a todo o trabalho a realizar no Agrupamento e seus estabelecimentos. O desenvolvimento desse trabalho deverá assentar na promoção do diálogo, na participação, na cooperação e na reflexão permanente, para que se possam atingir os propósitos a seguir mencionados.

6. O PLANO DE AÇÃO

6.1. Planificação das Atividades Letivas e Desenvolvimento Curricular

- Planificação cuidada das atividades letivas que contemple a articulação entre os diferentes ciclos, dando deste modo coerência e sequencialização à escolaridade e garantindo continuidade pedagógica, quer ao nível dos conhecimentos e capacidades, quer ao das atitudes e comportamentos que revelam os valores assumidos;

- Coordenação do desenvolvimento curricular pelos Departamentos Curriculares e Coordenações de ano e ciclo, que conduza à construção das aprendizagens;

- Concretização dos planos de atividades da turma que adaptem o currículo especificado pelos Departamentos Curriculares / Coordenações de ano e ciclo às necessidades de formação dos alunos da respetiva turma numa lógica de interdisciplinaridade;

- Ligação dos conteúdos dos programas à vida, utilizando metodologias participativas, que privilegiem uma pedagogia diferenciada, baseada na psicologia cognitiva, interativa e cooperativa, que origine aprendizagens significativas;

- Definição de critérios uniformizadores da avaliação dos alunos, na área do conhecimento e das atitudes e comportamentos que revelam os valores assumidos;

- Confirmação de que em todos os ciclos, as atividades do ensino-aprendizagem e de construção de estilos de vida saudáveis, se combinam de modo consistente e permanente, e não se resumem a uma ou outra comemoração / festa durante o ano;

- Estabelecimento de formas de trabalho cooperativo dentro do período letivo, possibilitando a circulação pontual de alunos, mediante plano elaborado para o efeito entre os professores envolvidos;

- Adequação da prática educativa às necessidades dos diferentes alunos, no que respeita ao seu maior envolvimento no processo de ensino / aprendizagem, à construção da sua autonomia e responsabilização;

- Adequação / flexibilização do currículo de forma a instituir na sala de aula práticas pedagógicas contextualizadas e significativas para os alunos;

- Promoção do ensino experimental na sala de aula;

- Fomento nos alunos do gosto pela leitura e pela escrita;
- Contribuição para a formação pessoal e social do aluno, facultando-lhe, em contexto, a aprendizagem das regras e valores democráticos;
- Promoção do desenvolvimento dos alunos no que respeita ao espírito de iniciativa, organização, autonomia e pensamento crítico.

6.2. A Educação Especial – resposta à diferença

Com o objetivo de criar uma resposta educativa eficaz de caráter mais individualizado e adequado às dificuldades graves de aprendizagem e de caráter permanente, tanto para os currículos específicos individuais, como para os alunos com adequações curriculares individuais, é necessário que haja um trabalho bem articulado com a estrutura de Coordenação dos Serviços Especializados de Apoio Educativo.

- Criação de áreas curriculares que promovam a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades no âmbito da preparação para a vida ativa para alunos que precisem de beneficiar de currículos escolares próprios ou alternativos;
- Organização da distribuição do serviço docente por professores com formação específica e/ou voluntariamente disponíveis para trabalharem com turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais.

6.3. Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

Assiste-se a um processo histórico de mudança, consequência do desenvolvimento e da aplicação crescente e generalizada das tecnologias da informação e comunicação a todos os âmbitos da nossa sociedade. Esta evolução torna necessária, mais que a introdução, a generalização dessas tecnologias no plano educativo, de forma a proporcionar aos alunos o desenvolvimento de capacidades essencial nessa área, criando-se para o efeito mais espaços onde seja possível o desenvolvimento de trabalhos com recurso a essas tecnologias, bem como consagrar nos horários das turmas a forma que permita a sua utilização por todos no espaço “sala de aula”.

Para o efeito propõe-se:

– A criação de um modelo ou instrumento facilitador da utilização pedagógica para a gestão da tecnologia informática, audiovisual e de comunicações (Internet). Dentro deste modelo poderão conviver perspectivas diferentes do uso dos meios tecnológicos, sendo necessário saber aonde se quer chegar a médio prazo, de acordo com as possibilidades da organização interna, os meios disponíveis e a formação dos professores nesta área;

– O estabelecimento de procedimentos organizativos que facilitem o uso dos recursos. Isso pode passar por:

- . Criação de responsáveis pela manutenção dos equipamentos;
- . Formulação de regras de acesso aos meios e controlo do seu cumprimento;
- . Definição de critérios para a aquisição e utilização dos referidos materiais nas salas de aula, bibliotecas e outros espaços adequados;

– Elaboração de um plano de formação contínua e de atualização de professores e funcionários que contemple as possibilidades educativas das tecnologias, o uso de equipamentos e programas e a sua aplicação na sala de aula.

– Disponibilização, também, aos docentes, de formação e apoio na utilização dos diversos recursos e aplicações informáticas, no domínio da planificação das atividades curriculares (letivas e não letivas), na diversificação de estratégias, no desenvolvimento de projetos e na produção de recursos educativos, contemplando mecanismos presenciais e à distância;

– Facilitação ao corpo docente da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), proporcionando a este a possibilidade de aumentar a sua literacia tecnológica e impulsionando a frequente utilização das TIC nos mais variados contextos pedagógicos;

– Incentivação e propiciação de uma efetiva integração transversal das TIC nos processos de ensino-aprendizagem, informação e tarefas administrativas;

– Desenvolvimento, nos alunos, de hábitos de trabalho e capacidade de pesquisa, seleção e tratamento da informação, tendo em vista a produção de materiais que expressem a sua aquisição e compreensão de conhecimentos;

– Constituição das TIC como mais uma opção no leque diversificado de práticas pedagógicas, tornando-as assim mais consentâneas com as novas realidades da sociedade de informação e comunicação;

– Estímulo à criação e partilha de conteúdos e atividades formativas, fomentando assim o desenvolvimento de projetos educacionais;

- Alerta e consciencialização dos jovens para os possíveis riscos associados à sua atividade na Internet e nas redes sociais;
- Mobilização do sentido crítico face à informação disponibilizada na Internet;
- Construção de alternativas de aprendizagem e de trabalho que levem a evitar a infodependência.

6.4. Atividades de complemento do currículo

O Agrupamento incentivará e apoiará todas as iniciativas de complemento do currículo que não impeçam o normal funcionamento das atividades letivas, privilegiando e fomentando as atividades que promovam a articulação e a integração de saberes numa perspetiva interdisciplinar, devendo:

- Apoiar a criação de clubes, sempre que o seu número e variedade corresponda às motivações dos alunos e às suas necessidades de formação;
- Proporcionar as condições necessárias para que os clubes e projetos possam alcançar os seus objetivos;
- Incentivar e colaborar na candidatura a novos projetos de âmbito local e nacional, que pelo seu alcance promovam o desenvolvimento dos alunos, sempre em contexto e articulação com o Projeto Educativo, com o Projeto Curricular e os Planos de Atividades das Turmas;
- Apoiar projetos de dinamização das bibliotecas que abordem os conhecimentos e capacidades transversais, os conteúdos específicos das diferentes disciplinas, que fundamentem os hábitos de leitura, a pesquisa e a produção de materiais a partir dos diferentes recursos disponíveis;
- Apoiar a adequação das bibliotecas escolares aos diferentes níveis de educação e ensino do Agrupamento, dotando-as de um fundo documental e recursos adequados e atualizados, também à Educação Pré-escolar e ao 1.º Ciclo, lançando as bases de um relacionamento com a biblioteca da Escola Secundária de Santa Maria da Feira, destino natural dos alunos deste Agrupamento;
- Apoiar a participação do Agrupamento nas atividades do Desporto Escolar, que possibilitem aos alunos a ocupação de tempos livres e o convívio com alunos de outras escolas;
- Criar as condições logísticas e de horários que possibilitem aos alunos a frequência das atividades de complemento do currículo.

6.5. Apoios educativos e orientação escolar

Além do trabalho normal de apoio aos alunos, a ação educativa neste domínio traduzir-se-á por um conjunto de estratégias e atividades de apoio, de caráter pedagógico e didático, organizadas de forma integrada, para complemento e adequação do processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino.

27

O apoio educativo tem ainda como objetivos:

- Contribuir para o aumento do sucesso educativo, através da melhoria da aquisição e aplicação de conhecimentos;
- Promover a orientação educativa, a deteção, o enquadramento e a prevenção de comportamentos de risco e de exclusão;
- Criar condições essenciais para a integração na comunidade escolar das crianças e jovens cuja língua materna não seja a portuguesa.

Em função das necessidades específicas dos alunos ou grupos de alunos, o apoio educativo pode assumir as seguintes modalidades e estratégias:

APOIOS EDUCATIVOS	
MODALIDADES	ESTRATÉGIAS
Ensino diferenciado na sala de aula	Diferenciação pedagógica, individualmente ou em pequenos grupos, podendo incluir, quando tal se justifique, o apoio de um segundo professor (codocência).
Apoio Pedagógico Acrescido	Destinado a grupos do mesmo nível ou aproximado. Serão aulas suplementares de apoio às disciplinas de Português, Matemática ou outra, desde que devidamente fundamentada a sua proposta pelo Conselho de Turma/Coordenações de Ano.
Salas de Estudo	Para colmatar dificuldades temporárias e/ou apoiar na realização de trabalhos relacionados prioritariamente com disciplinas específicas.
Apoio individual	Apoio individual suplementar às disciplinas de Português, Matemática ou outra, tendo em vista colmatar dificuldades de aprendizagem comprometedoras do processo de ensino / aprendizagem.
Compensação / acompanhamento extraordinário	Aulas extraordinárias com vista à recuperação de matérias não lecionadas atempadamente e para consolidação de conhecimentos insuficientemente lecionados / apreendidos. Estas aulas deverão funcionar preferencialmente no início do ano letivo e obrigatoriamente entre a 1.ª e a 2.ª fase das provas finais

Ocupação de Alunos	Para colmatar as ausências imprevistas e de curta duração dos docentes em atividades letivas incluídas na carga horária semanal dos alunos
Condições Especiais de Avaliação	Consideram-se as seguintes adequações ao processo de avaliação: tipo de prova; instrumentos de avaliação e certificação; condições da avaliação (formas e meios de comunicação, periodicidade, duração e local); ...
Adaptações Curriculares	Obrigatoriamente, não podem pôr em causa as metas terminais definidas para cada ciclo, ano ou nível de ensino. Poderão constituir adaptações curriculares, entre outras, e a introdução de áreas curriculares específicas.
Clubes e <i>workshops</i>	Nestes espaços serão planificadas atividades de caráter prático partindo da realidade dos alunos para os levar à apreensão e aplicação de conhecimentos e ao desenvolvimento de capacidades.

Pretende-se, ainda, que os alunos realizem com crescente autonomia a sua aprendizagem e desenvolvam a capacidade de aprender a aprender, prescrevendo ainda as seguintes ações:

- Melhoria da eficácia dos apoios pedagógicos acrescidos, diversificando e adequando as respetivas estratégias às necessidades de cada aluno/grupo de alunos, tentando implementar as medidas de apoio pedagógico acrescido em contexto de sala de aula;
- Consolidação do trabalho de coadjuvação nas disciplinas com maior taxa de insucesso;
- Estabelecimento de uma diferente gestão dos apoios educativos consignado nas atividades de complemento do currículo, direcionando-as preferencialmente para a aplicação de estratégias de recuperação e acompanhamento que passem por:
 - . Trabalho cooperativo entre os docentes;
 - . Criação de grupos de nível de forma a rentabilizar o apoio pedagógico acrescido;
 - . Gestão de horas disponíveis nos horários dos professores de modo a satisfazer as necessidades de apoio;
- Promoção do reforço e colaboração entre as estruturas de orientação educativa, no domínio do acompanhamento psicossocial, em articulação / parceria com serviços especializados da segurança social, projetos de âmbito local de diferentes organizações, serviço social da autarquia, serviços de saúde, etc.; ...

6.6. Educação Afetivo-Sexual e para a Saúde

O conceito atual de educação para a saúde tem subjacente a ideia de que a informação permite identificar comportamentos de risco, reconhecer os benefícios dos comportamentos adequados e suscitar comportamentos de prevenção. A educação para a saúde tem, pois, como objetivos centrais a informação e a consciencialização de cada pessoa acerca da sua própria saúde e a aquisição de saberes que a habilitem para uma progressiva autorresponsabilização.

As matérias respeitantes à educação para a saúde e educação afetivo-sexual têm merecido particular atenção por parte deste Agrupamento, que reforça o papel da Escola como entidade integradora de estratégias de promoção da saúde sexual. Assim, é nomeado um professor coordenador da educação sexual que coordena também a educação para a saúde, no âmbito do projeto de Escola Promotora de Saúde (EPS). Ao coordenador compete propor e dinamizar a equipa interdisciplinar que será responsável por todas as iniciativas lançadas pelas escolas no âmbito da educação para a saúde. Para a concretização do tema da educação afetivo-sexual é elaborado um projeto que, em função da avaliação da sua implementação, poderá estar sujeito a pequenas reformulações anuais.

Do projeto referido devem constar os conteúdos propostos, de acordo com a Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, regulamentada pela Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de abril, bem como a distribuição dos conteúdos mínimos pelos diferentes anos de escolaridade, as modalidades de trabalho, o tempo mínimo a dedicar, referência às parcerias estabelecidas e a avaliação.

No início de cada ano letivo, o diretor de turma, o professor responsável pela educação para a saúde e educação afetivo-sexual, bem como os demais professores da turma elaboram o projeto de educação sexual da turma (PEST), a incluir no respetivo (PAT), em consonância como o Programa Regional de Educação Sexual em Saúde escolar (PRESSE).

Do PEST devem também constar as atividades a realizar, os materiais a utilizar, a calendarização e a avaliação.

A abordagem dos conteúdos da educação afetivo-sexual será feita em diferentes modalidades, que se complementam entre si, e às quais se recorre de forma diferenciada, consoante o ciclo de escolaridade e a tipologia da oferta formativa:

. Nas diversas disciplinas (sem esquecer a “Escola e Cidadania”), nas situações em que os programas se ajustam;

. Em regime de complemento do currículo, através de sessões de trabalho no Gabinete de Apoio à Saúde (GAS), ações de sensibilização dinamizadas por entidades parceiras, visitas de estudo e outros momentos de aprendizagem não previstos explicitamente nos planos de estudos.

Apesar de o projeto global de educação afetivo-sexual apresentar uma estruturação dos conteúdos, modalidades de trabalho e parcerias, a responsabilidade última da organização do PEST cabe ao diretor de turma, em articulação com o conselho de turma, e ao professor titular de turma.

O Agrupamento dispõe de um gabinete de apoio, que consiste num espaço de atendimento aos alunos no âmbito mais alargado da educação para a saúde, dinamizado por professores e técnicos de saúde. Este gabinete conta ainda com um endereço eletrónico que permite esclarecer dúvidas, garantindo a confidencialidade.

Ainda no âmbito mais alargado da educação para a saúde, a escola dispõe de um painel informativo dedicado às temáticas da saúde.

Paralelamente, a equipa responsável divulga, alojando nos computadores da escola, materiais diversos relativos à temática.

O projeto da educação afetivo-sexual conta com a parceria do Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I - Feira/Arouca, mediante o Centro de Saúde de Santa Maria da Feira, através de técnicas da saúde, que há já alguns anos acompanham nas questões relacionadas com a saúde e vêm desenvolvendo um trabalho de prevenção junto dos alunos na área da contraceção e infeções sexualmente transmissíveis.

A equipa da Educação para a Saúde organizará, anualmente, um conjunto de ações no âmbito das diferentes vertentes da saúde, incluindo a sexualidade, destinadas a docentes, pais e encarregados de educação e assistentes operacionais.

A avaliação terá em conta as mudanças ocorridas nos alunos ao nível cognitivo e ao nível dos comportamentos e atitudes, bem como as atividades, modalidades e materiais utilizados e, ainda, o grau de satisfação quer dos dinamizadores quer dos participantes.

6.7. Prevenção e mediação de conflitos

Tendo em vista a otimização do ambiente escolar na sala de aula e nos outros espaços, é necessário implementar um conjunto de medidas que contribuam para uma melhor participação cívica dos alunos, corresponsabilizando os encarregados de educação, de forma a que haja um rigoroso cumprimento das regras.

A disciplina, entendida como um conjunto de regras básicas do saber (saber, saber ser, saber estar e saber agir), merece especial atenção por parte da comunidade educativa, porque condiciona a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Tendo em vista uma resposta célere e adequada que contribua para a integração e apoio dos alunos no meio escolar, bem como a redução de conflitos e a promoção do sucesso educativo, o Agrupamento implementa o Programa de Tutoria e tem em funcionamento o Gabinete de Intervenção Pedagógica (GIP), bem como uma secção do Conselho Pedagógico que tem como atribuição a definição de linhas-força para o acompanhamento e intervenção em situações significativas de indisciplina.

31

6.8. Gestão dos espaços – conservação e embelezamento dos espaços / recursos

A construção de um contexto físico agradável – tanto em novas instalações como nas habituais – para viver e aprender implica intervir, estabelecer e desenvolver projetos e procurar apoios, de modo a tornar as escolas locais onde seja agradável estar.

Assim constituirão prioridades:

- Estabelecer todos os contactos necessários para que, além da manutenção dos espaços existentes, se renovem e tornem mais agradáveis todas as instalações;
- Renovar alguns setores de forma programada, de modo a melhorar o aspeto físico das diversas instalações.
- Continuar e incentivar o arranjo de espaços verdes, pinturas murais;
- Continuar o reapetrechamento de forma programada, equilibrada e de acordo com as necessidades, das diferentes escolas do Agrupamento com material didático e tecnológico, desportivo e de lazer, devendo-se para o efeito:
 - . Estabelecer protocolos com os diferentes parceiros;

- . Sensibilizar a autarquia para a situação do parque escolar do primeiro ciclo e da educação pré-escolar;
- . Fazer um levantamento exaustivo das condições de segurança, eliminando o que constitua perigo para a integridade física dos alunos de todo o Agrupamento;
- . Zelar pela manutenção das condições de segurança, higiene e asseio das novas instalações da Escola Básica Fernando Pessoa.

6.9. Gestão das relações

Sendo preocupação dominante a melhoria da qualidade das instituições escolares, esta passa necessariamente pela qualidade da formação dos diversos agentes nela implicados.

O quotidiano escolar, o seu clima e a sua cultura, de que fazem parte os vários níveis de relações interpessoais, são fontes importantes para o desenrolar da tarefa educativa, sendo o nível destas interações determinante para um ambiente saudável dentro da organização escolar, contando para isso com a definição de estratégias, valorizando os papéis de todos os seus intervenientes.

Nestes termos, é de todo o interesse desencadear e manter um permanente clima de respeito pela personalidade e trabalho de cada um, de confiança mútua e de disponibilidade para o trabalho colaborativo. Importa, ainda, que todos os intervenientes na tarefa da educação e ensino se encontrem motivados para o empenho no desenvolvimento profissional e vejam reconhecidos os seus esforços a bem da organização e funcionamento do Agrupamento, bem como a valorização das capacidades humanas e profissionais de cada um.

Por outro lado, não pode esquecer-se a necessidade de porfiar pela educação com e para os valores. Neste sentido, devem aproveitar-se todas as oportunidades de exprimir de forma crítica e frontal tudo o que se julgar conveniente para o estabelecimento e divulgação das boas práticas – sem qualquer intenção ou propósito de menosprezo pelas ideias e ações de cada pessoa, no pressuposto de que todos se pautam pelos valores do respeito, da seriedade, da boa fé, da competência, do empenho, da liberdade e da justiça.

O Agrupamento, na sua unidade e pluralidade, tem de configurar um espaço humano e social onde cabem todos – iguais perante a lei e na fruição dos recursos, mas diferentes em temperamento, personalidade, tarefas e opções de vida. No

entanto, o espírito da coletividade levará a cuidar da eficiência e eficácia na prestação do serviço público de educação e na construção da boa imagem externa desta unidade orgânica.

6.9.1. Alunos

A participação ativa e cívica dos alunos em todo este processo é fundamental, pelo que deverá ser garantida uma formação de base para o exercício pleno da cidadania. Assim, a nossa ação visará intencionalmente:

- Valorizar o papel do Delegado de turma, bem como do processo da sua eleição;
- Formalizar a constituição ou a generalização da Assembleia de Turma, fator preponderante no empenho e motivação dos alunos para a participação na vida do Agrupamento e formação cívica;
- Dinamizar a Assembleia de Delegados de Turma com reuniões ordinárias, desenvolvendo a sua ação nos seguintes domínios:
 - . Definição de regras a observar na sala de aula e nos demais espaços escolares;
 - . Intervenção no campo das competências sociais dos alunos para a promoção de estilos de vida saudáveis, nomeadamente no combate às dependências;
 - . Promoção, junto dos alunos, de ações para a defesa do ambiente e preservação da natureza e do património, para o gosto pela atividade física e para uma alimentação saudável (colóquios, debates, ações de formação, trabalhos de campo, exposições, etc.).

6.9.2. Docentes

O papel dos docentes é fundamental para a concretização do nosso Projeto Educativo. A sua mobilização em torno de um interesse comum passará pelo estabelecimento das seguintes prioridades:

- Contrariar o “individualismo”, que leva a uma forma de trabalho opaco, criando condições para o trabalho de equipa, o que passará pela realização de encontros para reflexão temática e troca de experiências;
- Facultar a formação dos professores, em todos os domínios, em função de um levantamento prévio das suas necessidades efetivas de formação, realizada quer por

contactos com entidades formadoras ou com o Centro de Formação “Terras de Santa Maria”, quer pelo aproveitamento dos recursos humanos existentes no Agrupamento;

- Incentivar programas de informação / formação e espaços de diálogo para assuntos de interesse da comunidade escolar;
- Institucionalizar espaços e tempos de trabalho cooperativo entre os docentes, para troca de experiências e produção de materiais;
- Incentivar e proteger práticas pedagógicas inovadoras;
- Fomentar laços de cooperação e de trabalho em equipa entre os docentes, instituindo espaços de troca de experiências e de saberes.

6.9.3. Pessoal Não Docente

É unânime a ideia de que só com pessoal em quantidade suficiente, convenientemente preparado, consciente da importância e das exigências do seu trabalho, é possível proporcionar os meios indispensáveis ao desenvolvimento saudável e equilibrado das crianças e jovens.

Assim, na vida escolar, o pessoal não docente constitui um fator muito importante para o desenrolar da tarefa educativa, sendo fundamental para a criação de um ambiente saudável, pelo que:

- Facilitar-se-á, nos termos da lei, a realização de formação com vista a um maior rigor no desempenho da sua ação pedagógica junto dos alunos e a uma atuação mais adequada na relação com os diferentes elementos da comunidade educativa, promovendo, nomeadamente, a frequência da formação contínua oferecida por organizações externas;
- Valorizar-se-á, por outro lado, a formação baseada na Escola, indo ao encontro das reais necessidades sentidas por estes profissionais no seu quotidiano;
- Promover-se-á o trabalho dos assistentes operacionais, nomeadamente no que diz respeito ao seu papel na Escola, as suas competências, a relação pedagógica, a disciplina e a animação dos recreios;
- Adotar-se-ão métodos de trabalho em equipa, promovendo a comunicação interna e a cooperação intersetorial, desenvolvendo a motivação do pessoal não docente para o esforço conjunto de melhorar os serviços e partilhar os riscos e responsabilidades nos seus desempenhos.

6.9.4. Pais e Encarregados de Educação

O Agrupamento assume como um dos objetivos prioritários envolver os pais e encarregados de educação no processo educativo e promover a sua participação na vida da escola. Este envolvimento não poderá limitar-se apenas à tomada de conhecimento do sucesso ou insucesso dos alunos (como acontece muitas vezes), mas induzir a que procurem também contribuir para o desenvolvimento do conhecimento e capacidade dos encarregados de educação em compreender melhor as questões ligadas ao sistema educativo, bem como à função educativa do nosso Agrupamento.

35

Parece consensual que no Ensino Básico, a Escola deixou de visar apenas a transmissão de conhecimentos, contribuindo também, de forma eminente, para o desenvolvimento de capacidades e aptidões dos alunos assim como de atitudes de iniciativa, autonomia pessoal, respeito e solidariedade.

Para que este desígnio se cumpra cabalmente, é necessário aproximar a Escola do meio familiar e social em que a criança e o adolescente vivem, já que aos pais e encarregados de educação cabe um papel decisivo nesse desenvolvimento.

Neste contexto, pretende-se:

- Desenvolver estratégias mais restritas, que incidam, por exemplo, nas formas e conteúdos de comunicação entre o Agrupamento e os encarregados de educação;
- Estabelecer projetos e procurar apoios, de modo a tornar as escolas locais onde seja agradável estar, viver e aprender;
- Dar uma atenção especial às reuniões entre professores e encarregados de educação (a nível de turma, no início do ano letivo e em cada período escolar) que não se cinjam à formalidade da comunicação dos resultados escolares dos alunos, mas que sirvam, nomeadamente, para motivar os encarregados de educação para um maior acompanhamento e participação na vida escolar do educando, bem como para os professores conhecerem melhor os encarregados de educação;
- Sensibilizar os pais, encarregados de educação e Associação de Pais para uma participação mais ativa no acompanhamento de todo o percurso escolar dos seus educandos, através da intervenção conjunta dos diretores de turma / diretora;
- Levar a que os pais e encarregados de educação reconheçam a responsabilidade profissional e a autonomia técnica e científica da função docente;
- Facultar o apoio às atividades da Associação de Pais sob a forma de sessões de esclarecimento ou de ações de divulgação de informação relativa a currículos,

legislação ou outra tida por ajustada a um aumento da sua mobilização em torno da vida escolar dos seus educandos;

- Aumentar, junto da comunidade educativa, a visibilidade das ofertas educativas das escolas do Agrupamento;
- Promover festas-convívio ou encontros temáticos, tendo em vista uma melhor ligação Agrupamento-Professores-Encarregados de Educação;
- Alargar aos encarregados de educação o usufruto dos espaços educativos e de lazer e a participação nas atividades do Agrupamento;
- Dar conhecimento aos pais dos Planos Anuais de Atividades, do Regulamento Interno, dos Planos de Atividades das Turmas, do Projeto Curricular e do Projeto Educativo;
- Realizar ações de sensibilização aos pais, ao nível de cada Núcleo ou Escola, sobre o seu papel na escola e na educação dos filhos;
- Sensibilizar as famílias para a importância dos hábitos de leitura dos filhos.

6.9.5. Parcerias

A relação com os parceiros deve ser formalizada em protocolos que estabeleçam os termos concretos da colaboração, devendo ser mútuo o interesse na realização da parceria. Assim, será prioritário:

- Definir novos parceiros, sempre que necessário ou conveniente, que permitam desenvolver as diferentes políticas educativas definidas no Projeto Educativo;
- Dar continuidade ao estabelecimento de protocolos de cooperação com as Instituições locais, nomeadamente colaborando em projetos que promovam a criança / jovem em contexto social e/ou que facilitem a integração na vida ativa ou a continuação dos estudos;
- Continuar a participar nas iniciativas da autarquia desde que os seus objetivos contribuam para a consecução do nosso Projeto Educativo;
- Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Público ou Privado nomeadamente no domínio de Formação de Professores, da Formação Contínua dos Professores do Agrupamento ou da implementação de projetos de inovação pedagógica;

- Aprofundar o estabelecimento de protocolos para a manutenção e melhoramento dos espaços exteriores e abertura dos campos de jogos à comunidade;
- Desenvolver programas e protocolos com instituições e setores de atividade da comunidade numa dinâmica de intercâmbios;
- Dar continuidade ao estabelecimento de parcerias com as CERCI, Centros Sociais, Autarquias, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, ISVOUGA, Academias de Música, Centro de Saúde (sede do Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I – Feira/Arouca), PSP – Escola Segura, Rosto Solidário, Clubes Desportivos, Hospital São Sebastião (sede do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE), Instituto Português do Sangue e outras instituições, com o objetivo de resolver situações de vida problemáticas dos nossos alunos, que passam pelo melhor apoio, encaminhamento e sucesso educativo.

6.10. Critérios para a constituição de turmas

- A constituição de turmas de todos os níveis, a fazer no respeito da legislação em vigor, deve obedecer prioritariamente a imperativos de natureza psicopedagógica;
- Na educação pré-escolar, os grupos serão formados atendendo à idade dos alunos e à continuidade pedagógica;
- No 1.º ciclo, as turmas privilegiarão, na medida do possível, a continuidade do grupo formado na educação pré-escolar;
- As turmas dos 2.º e 3.º ciclos devem ser constituídas por alunos cujos níveis etários não sejam muito distanciados;
- Os docentes do 1.º ciclo que lecionaram o 4.º ano, bem como os professores do Apoio Educativo, devem participar na elaboração das turmas do 5.º ano;
- No 2.º e 3.º ciclos, deve ser respeitada a continuidade do grupo, salvo indicações devidamente fundamentadas do conselho de turma / encarregados de educação e aprovadas pela diretora;
- Em relação aos alunos em situação de retenção, nos 2.º e 3.º Ciclos, dever-se-á ter em consideração os seguintes aspetos:
 - . A distribuição por várias turmas;
 - . As propostas do conselho de turma relativas ao programa a cumprir pelos alunos;

. As medidas de apoio destinadas aos alunos que revelem dificuldades de aprendizagem.

– A partir do 7.º ano de escolaridade, dever-se-ão ter em consideração as escolhas efetuadas pelos alunos (segunda Língua Estrangeira curricular e Educação Moral e Religiosa);

– O número de alunos das turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais não pode ser superior a 20;

– As referidas turmas não devem incluir mais de 2 alunos com necessidades educativas especiais, salvo em casos excecionais, devidamente fundamentados;

– Haverá lugar à criação de turmas constituídas por alunos do Ensino Articulado sempre que seja estabelecido protocolo com Escolas de Música;

– Na formação dos grupos/turmas deve procurar equilibrar-se o número de alunos do sexo feminino e do sexo masculino;

– Os alunos provenientes de países estrangeiros devem ser integrados em turmas de forma a possibilitar o apoio pedagógico previsto;

– As turmas que não obedeçam ao número estipulado nos normativos carecem de autorização superior.

6.11. Comunicação no Agrupamento

Tendo em vista o aumento da eficácia dos canais de informação, limitando e reduzindo “ruídos” que prejudiquem a comunicação, torna-se necessário delinear estratégias que visem melhorar os mecanismos de comunicação e aumentar a eficácia na transmissão da informação dentro do Agrupamento e com toda a comunidade educativa, nomeadamente através de:

– Publicação de boletins informativos, *newsletters*, jornal do Agrupamento (vg, *Fogacinha Digital*) e *Anuário* tendo em vista os benefícios na circulação e divulgação da informação, dos materiais produzidos e das atividades realizadas pela comunidade escolar;

– Permissão, via “Internet”, na página “Web” do Agrupamento, da consulta de toda a informação disponibilizada;

– Continuação da retirada de vantagens do sistema integrado de gestão e segurança, de forma a possibilitar aos encarregados de educação a consulta através da

“Internet” das informações de avaliação, faltas, bem como a possibilidade de comunicar com os órgãos e professores do Agrupamento;

- Edição de um suporte informático, a ser distribuído pela comunidade educativa, cujo conteúdo integre os diferentes projetos do Agrupamento, diverso material informativo, formulários em uso no Agrupamento, projetos, etc.

6.12. Setor Administrativo-financeiro

Neste domínio e dentro das limitações orçamentais que se impõem, o campo de ação visará:

- Apoiar as tarefas burocráticas da comunidade escolar;
- Gerir de forma equitativa e justa as receitas orçamentais;
- Investir as receitas próprias do Agrupamento de forma a torná-lo um espaço agradável de permanência e de aprendizagem;
- Incentivar as empresas e outras organizações locais e autárquicas a apoiarem as diferentes atividades dinamizadas pelo Agrupamento.

7. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O grau de execução do atual Projeto Educativo do Agrupamento será alvo de avaliação global no final do período para o qual foi fixado, três anos, bem como de uma avaliação intercalar no final de cada ano.

As referidas avaliações far-se-ão no âmbito do Programa de Autoavaliação de Agrupamento e dos subsequentes planos de melhoria.

À equipa de autoavaliação incumbirá a seleção técnica dos referentes, campos de análise e indicadores a incluir no programa de autoavaliação bem como a definição técnica dos respetivos instrumentos e a promoção das diversas ações atinentes ao processo.

Tanto o programa de autoavaliação como os subsequentes planos de melhoria, além dos momentos de avaliação já referidos, desembocarão em relatórios finais de avaliação.

A análise que se fizer da execução do Plano Anual de Atividades do Agrupamento e do Relatório Anual de Autoavaliação do Agrupamento dará lugar ao plano estratégico para o ano letivo seguinte, nos termos do art.º 15.º do despacho normativo n.º 6/2014, de 26 de maio, ou documento similar atinente à organização do ano letivo.

Das conclusões a que se chegar no quadro da avaliação do Projeto Educativo, partir-se-á para as alterações a introduzir no mesmo, podendo ser necessário proceder mesmo à sua reformulação.

Anualmente, deverão ser estabelecidas no Plano Anual de Atividades (que representa uma das modalidades de concretização do projeto educativo), por proposta do Conselho Pedagógico, as metas, as atividades a realizar, o cronograma das ações a desenvolver e as estratégias a implementar. Neste sentido, constituirá o próprio Plano Anual de Atividades um instrumento eficaz que permite medir o grau de consecução de uma importante parcela do Projeto Educativo.

Paralelamente, para cada atividade deverá ser, apresentado em formulário próprio, o respetivo plano, que deve incluir:

- As razões justificativas;
- A estratégia e metodologia a seguir;
- As pessoas ou equipas envolvidas;

- As alterações ao serviço docente;
- A calendarização;
- Os recursos necessários;
- A estimativa orçamental;
- etc.

Da mesma forma, de cada uma das atividades será apresentado um pequeno relatório, que poderá contribuir para a reformulação deste Projeto Educativo.

Assim, o Plano Anual de Atividades será um instrumento de planeamento que permitirá ver com clareza como o Projeto Educativo se operacionaliza nas suas diferentes vertentes, orientando o trabalho das diferentes equipas que existem no Agrupamento e no qual se entroncam os diversos planos setoriais de ação.

A equipa de autoavaliação poderá criar um ou mais instrumentos comuns de avaliação e deverá recolher elementos de avaliação do Projeto Educativo do Agrupamento no final de cada ano letivo, devendo apresentar uma síntese dessa mesma avaliação anual na última sessão do Conselho Pedagógico do ano letivo, com base na monitorização do processo, revisão dos planos operacionais e avaliação dos resultados globais.

Este trabalho tem uma função explícita como quadro de referência e de coerência na planificação do trabalho do ano letivo seguinte e como elo de ligação entre os vários documentos de planificação e de estruturação da ação educativa.

Por fim, o programa de autoavaliação e o respetivos relatórios (anual e final), bem como os relatórios (anual e final) do Projeto Educativo e o plano estratégico serão presentes oportunamente ao Conselho Pedagógico, para discussão e emissão de parecer, e pela Diretora ao Conselho Geral, para efeitos de discussão e aprovação final.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . Alarcão, I. (2003). *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. São Paulo: Editorial Cortez.
- . Alves, J. (1992). *Organização, gestão e projecto educativo das escolas*. Porto: Edições ASA.
- . ANQEP (2002) - Referencial de competências-chave de educação e formação de adultos (nível básico). [Em linha]. Disponível em: http://cqep.anqep.gov.pt/documents/RCC_Basico.pdf, acedido em outubro de 2014.
- . ANTÚNEZ, S. et al. (1991). *Del proyecto educativo a la programación de aula*. Barcelona: Editorial Graú.
- . Azevedo, Rui. (Coord.). (2011). *Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação: Guião de Apoio*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação.
- . Baptista, I. (2005). *Dar rosto ao futuro: a educação como compromisso ético*. Porto: Profedições.
- . BROCH, M. & CROS, F. (1991). *Comment faire un project d'établissement*. Lyon: Chronique Sociale.
- . CARMEN, L. & ZABALA, A. (1991). *Guia para la elaboración seguimiento y valoración de proyectos curriculares de centro*. Madrid: CIDE.
- . Carneiro, Roberto (2001). "Aprender 2020: uma agenda internacional para a UNESCO", in *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, p.32.
- . Carneiro, R.; e Azevedo, J. (2004). *A educação primeiro: Roberto Carneiro entrevistado por Joaquim de Azevedo*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- . Carvalho A. & Diogo F. *Projeto Educativo*. (1994). Porto: edições Afrontamento.
- . Correia, L. (2010). *Educação Especial e Inclusão – Quem Disser Que Uma Sobrevive Sem a Outra Não Está no Seu Perfeito Juízo*. Porto: Porto Editora.
- . Costa, Jorge. (1991). *Gestão Escolar. Autonomia. Projeto Educativo de Escola*. Lisboa: Texto Editora.
- . Costa, Jorge A. (1996). *Imagens Organizacionais da Escola*. Porto: ASA.
- . Costa, Jorge (2007). *Projetos em Educação. Contributos de análise organizacional*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- . Duarte, J. (1999). *La organización ética de la escuela y la transmisión de valores*. Barcelona: Paidós.
- . ESCUDERO MUÑOZ (1988). "La innovación y la organización escolar", in PASCUAL, R. - org. – *La gestión educativa ante la innovación y el cambio*. Madrid: Congreso Mundial Vasco, Ed. Nárcia.
- . Guerra, M. Santos (2000)^a. *Entre Bastidores. O lado oculto da organização escolar*. Porto: ASA.
- . Guerra, M. (2000)^b. *La Luz del Prisma. Para comprender las organizaciones educativas*. Málaga: Ed. Aljibe.
- . Guerra, M. (2006). *Arqueologia dos sentimentos – estratégias para uma educação de afectos*. Porto: Edições ASA.
- . Hooper, A. & Potter, J. (2005). *Liderança Inteligente – criar a paixão pela mudança*. Lisboa: Atual Editora.
- . LEITE, C. (1997). *As palavras mais do que os atos? O multiculturalismo no sistema educativo português*. Porto: F.P.C.E. da U.P., tese de doutoramento, doc. policopiado.
- . LEITE, C. (2001)^a. *A Reorganização Curricular do Ensino Básico Fundamentos, Fragilidades e Perspetivas*. Porto: Edições Asa.

- . LEITE, C. (2001)^b. *Projetos Curriculares de Escola e de Turma. Conceber, Gerir e Avaliar*. Porto: Edições Asa.
- . LEITE, C. (2003). *Para uma Escola Curricularmente Inteligente*. Porto: Edições Asa.
- . LEITE, C. (2005). *Mudanças Curriculares em Portugal. Transição para o século XXI*. Porto: Porto Editora.
- . LEITE, C. (2007). *Escola, Currículo e Formação de Identidades*. Porto: Edições Asa.
- . Lemos, J.; Conceição, J. (2001). *Currículo e Autonomia – legislação anotada*. Porto: Porto Editora.
- . Lemos, V. et al. (1993). *A Nova Avaliação da Aprendizagem – o Direito ao Sucesso*. Lisboa: Texto Editores.
- . Lima, Licínio C. (2006). *Compreender a Escola – Perspetivas de Análise Organizacional*. Porto: Edições ASA.
- . ME – Programa Educação | 2015. [Em linha]. Disponível em:
<http://www.drelvt.min-edu.pt/alunos/programa-educacao-2015.pdf>, acedido em outubro de 2014.
- . Moratalla, A. (2008). *Ética para educadores*. Madrid: PPC, Editorial e Distribuidora, SA.
- . Pacheco, J. et al. (2003). *Trabalhar por Projetos em Educação*. Porto: Porto Editora.
- . ROGIER, X. (1997). *Analyser une action d'éducation ou de formation*. Bruxelles: De Boeck université.
- . ROLDÃO, M. do Céu (1999). *Gestão curricular, Fundamentos e Práticas*. Lisboa: ME/DEB.
- . Silva, Eugénio (2000). "Gestão estratégica e projecto educativo". In Jorge Adelino Costa et al. (Org.), *Liderança e estratégia nas organizações escolares*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 217-237.
- . Silva, Tomás (2000). *Teorias do Currículo*. Porto: Porto Editora.
- . Tenório, F. G. (2000). *Flexibilização Organizacional: mito ou realidade?* Rio de Janeiro: Editora FGV.
- . Thurler, M. (1994). A eficácia das escolas não se mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive. [Em linha]. Disponível em:
<https://www.mepsyd.es/cide/espanol/investigacion/rieme/documentos/files/varios/gather1998.pdf>,
 acedido em 03/12/2007.
- . Torquato, F. (1986). *Comunicação Empresarial, Comunicação Institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planeamento e técnicas*. 5. ed. São Paulo: Summus Editorial.
- . UNESCO (1996). *Educação, um tesouro a descobrir*. Porto: ASA Editores.
- . Zabalza, M. (1992). *Planificação e desenvolvimento Curricular na Escola*. Porto: Edições ASA.

8.1. Legislação

- . Constituição da República Portuguesa (1976). Revista pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. DR n.º 155 Série I-A, de 12 de agosto de 2005, pgs 4641-4686.
- . Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada e republicada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto. DR n.º 166 Série I-A, de 30 de agosto de 2005, pgs 5122-5138. (*Lei de Bases do Sistema Educativo*).
- . Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto. DR n.º 151 Série I, de 6 de agosto de 2009, pgs 5097-5098 (*Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar*).
- . Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto. DR n.º 166 Série I, de 27 de agosto de 2009, pgs 5635-5636. (*Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade*).

- . Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro. DR n.º 4 Série I, de 7 de janeiro de 2008, pgs 154-164. *(Define os apoios especializados a prestar na educação especial)*.
- . Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril. DR n.º 79 Série I, de 22 de abril de 2008, pgs 2341-2356. *(Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário)*.
- . Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro. DR n.º 177 Série I, de 11 de setembro de 2009, pgs 6236-6237. *(Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário)*.
- . Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho. DR n.º 126 Série I, de 2 de julho de 2012, pgs 3340-3364. *(O presente diploma procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário)*.
- . Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho. DR n.º 129 Série I, de 5 de julho de 2012, pgs 3476-3490. *(Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário)*.
- . Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto. DR n.º 129 Série I, de 2 de agosto de 2012, pgs 4068-4071. *(Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares)*.
- . Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho. DR n.º 131 Série I, de 10 de julho de 2013, pgs 4013-4015. *(Estabelece as novas matrizes curriculares do 1.º ciclo do ensino básico e dos cursos profissionais do ensino secundário. Os ajustamentos agora introduzidos visam a integração nos currículos de componentes que fortalecem o desempenho dos alunos e que proporcionam um maior fortalecimento das suas capacidades)*.
- . Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de abril. DR n.º 69 Série I, de 9 de abril de 2010, pgs 1170-(2)-1170-(4). *(Procede à regulamentação da Lei nº 60/2009, de 6 de agosto)*.
- . Despacho normativo n.º 6/2014, de 26 de maio. DR n.º 100 Série II, de 26 de maio de 2014, pgs 13448-13455. *(Concretiza os princípios consagrados no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, designadamente no que diz respeito à organização do ano letivo 2014-2015)*.
- . Despacho normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro. D.R. n.º 177, Série II de 2014-09-15. DR n.º 177 Série II, de 15 de setembro de 2014, pgs 23829-23836. *(Regulamenta a avaliação e certificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelos alunos do ensino básico, nos estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo)*.

9. ANEXOS

METAS QUANTIFICAVEIS E GLOBAIS

Quadro I – Sucesso 2º e 3º Ciclo por disciplina/ano de escolaridade/ciclo

			Metas para o triénio (%) 2014/2017 Superior a:		
	Ano/Ciclo	Nível	2014/15	2015/16	2016/17
Português	5.º Ano	>2	92,5	93	93,5
		4	38	38,5	39
		5	20	20,5	21
	6.º Ano	>2	91	91,5	92
		4	33	33,5	34
		5	17	17,5	18
	PF 6º Ano	>2	10% acima da taxa de sucesso nacional		
	2.ºCiclo	>2	91,75	92	92,5
	7.º Ano	>2	88	88,5	89
		4	30	30,5	31
		5	12	12,5	13
	8.º Ano	>2	90	90,5	91
		4	28	28,5	29
		5	15	15,5	16
	9.º Ano	>2	90	90,5	91
		4	24	24,5	25
		5	10	10,5	11
	PF 9º Ano	>2	3% acima da taxa de sucesso nacional		
	3.ºCiclo	>2	89,4	90	90,5

Inglês	5.º Ano	>2	88	89	90
		4	33	34	35
		5	25	26	27
	6.º Ano	>2	80	81	82
		4	29	30	31
		5	20	22	23
	2.ºCiclo	>2	84	85	86
	7.º Ano	>2	23	21	20
		4	25	26	27
		5	13	14	15
	8.º Ano	>2	75	76	77
		4	24	25	26
		5	16	17	18
	9.º Ano	>2	71	73	75
		4	22	23	24
		5	15	16	17
	3.ºCiclo	>2	74	76	77

Francês	7.º Ano	>2	93	94	95
		4	25	26	27
		5	20	21	22
	8.º Ano	>2	90	91	92
		4	22	23	24
		5	18	19	20
	9.º Ano	>2	92	93	94
		4	30	31	32
		5	18	19	20
	3.ºCiclo	>2	92	93	94

			Metas para o triénio (%) 2014/2017 Superior a:		
	Ano/Ciclo	Nível	2014/15	2015/16	2016/17
Espanhol	7.º Ano	>2	90	91	92
		4	25	26	27
		5	20	21	22
	8.º Ano	>2	88	89	90
		4	22	23	24
		5	18	19	20
	9.º Ano	>2	91	92	93
		4	30	31	32
		5	18	19	20
	3.ºCiclo	>2	90	91	92

História e Geografia de Portugal/ História	5.º Ano	>2	92,5	93	93,5
		4	32	33	34
		5	21,5	22	22,5
	6.º Ano	>2	90	90,5	91
		4	28	29	30
		5	22,5	23	23,5
	2.ºCiclo	>2	91,25	91,75	92,25
	7.º Ano	>2	90	90,5	91
		4	26	26,5	27
		5	14	14,5	15
	8.º Ano	>2	91	92	92,5
		4	26	26,5	27
		5	14,5	15	15,5
	9.º Ano	>2	93	93,5	94
		4	28	28,5	29
		5	15	15,5	16
	3.ºCiclo	>2	92	92,5	93

Geografia	7.º Ano	>2	89	90	91
		4	28	28,5	29
		5	16	16,5	17
	8.º Ano	>2	95	95,5	96
		4	36	36,5	37
		5	20	20,5	21
	9.º Ano	>2	92	92,5	93
		4	22	22,5	23
		5	11	11,5	12
	3.ºCiclo	>2	92	93	93

			Metas para o triénio (%) 2014/2017 Superior a:		
	Ano/Ciclo	Nível	2014/15	2015/16	2016/17
Matemática	5.º Ano	>2	81	82	83
		4	26	26	27
		5	16	16	17
	6.º Ano	>2	82	83	84
		4	25	26	27
		5	11	11	12
	PF 6º Ano	>2	10% acima da taxa de sucesso nacional		
	2.ºCiclo	>2	81	82	83
	7.º Ano	>2	65	66	67
		4	25	26	27
		5	8	10	11
	8.º Ano	>2	60	61	62
		4	15	16	17
		5	10	11	12
	9.º Ano	>2	66	67	68
		4	20	21	22
		5	9	10	11
	PF 9º Ano	>2	3% acima da taxa de sucesso nacional		
	3.ºCiclo	>2	64	65	66

Ciências Naturais	5.º Ano	>2	90	91	92
		4	33	34	35
		5	19	20	21
	6.º Ano	>2	96	96	97
		4	36	37	38
		5	23	24	25
	2.ºCiclo	>2	93	93	94
	7.º Ano	>2	89	90	91
		4	30	30	31
		5	14	14	15
	8.º Ano	>2	92	93	94
		4	31	31	32
		5	15	15	16
	9.º Ano	>2	91	92	93
		4	25	25	26
		5	15	15	16
	3.ºCiclo	>2	91	92	93

Físico-Química	7.º Ano	>2	86,5	87	87,5
		4	24,5	25	25,5
		5	8,5	9	9,5
	8.º Ano	>2	84	84,5	85
		4	15,5	16	16,5
		5	8,5	9	9,5
	9.º Ano	>2	84	84,5	85
		4	15,5	16	16,5
		5	8,5	9	9,5
	3.ºCiclo	>2	85	85,5	86

			Metas para o triénio (%) 2014/2017 Superior a:		
	Ano/Ciclo	Nível	2014/15	2015/16	2016/17
Educação Visual	5.º Ano	>2	97,5	97,5	97,5
		4	35	35	35
		5	20	20	20
	6.º Ano	>2	96	96	96
		4	40	40	40
		5	18	18	18
	2.ºCiclo	>2	96,75	96,75	96,75
	7.º Ano	>2	92	92	92
		4	20	20	20
		5	20	20	20
	8.º Ano	>2	97	97	97
		4	24	24	24
		5	25	25	25
	9.º Ano	>2	95	95	95
		4	22	22	22
		5	20	20	20
	3.ºCiclo	>2	94,7	94,7	94,7

Educação Tecnológica	5.º Ano	>2	97,5	97,5	97,5
		4	35	35	35
		5	15	15	15
	6.º Ano	>2	97	97	97
		4	35	35	35
		5	15	15	15
	2.ºCiclo	>2	97,25	97,25	97,25

Educação Musical	5.º Ano	>2	97,5	97,5	97,5
		4	30	30	30
		5	25	25	25
	6.º Ano	>2	98	98	98
		4	30	30	30
		5	25	25	25
	2.ºCiclo	>2	97,5	97,5	97,5

TIC	7.º Ano	>2	87	88	89
		4	30	32	35
		5	8	9	10
	8.º Ano	>2	92	93	94
		4	30	32	35
		5	10	11	12
	3.ºCiclo	>2	89	90	91

			Metas para o triénio (%) 2014/2017 Superior a:		
	Ano/Ciclo	Nível	2014/15	2015/16	2016/17
Educação Física	5.º Ano	>2	97,5	97,5	97,5
		4	50	50	50
		5	20	20	20
	6.º Ano	>2	98	98	98
		4	55	55	55
		5	15	15	15
	2.ºCiclo	>2	98	98	98
	7.º Ano	>2	98	98	98
		4	50	50	50
		5	20	20	20
	8.º Ano	>2	99	99	99
		4	40	40	40
		5	30	30	30
	9.º Ano	>2	99	99	99
		4	55	55	55
		5	20	20	20
	3.ºCiclo	>2	98,5	98,5	98,5

Educação Moral Religiosa Católica	5.º Ano	>2	100	100	100
		4	45	45	45
		5	45	45	50
	6.º Ano	>2	100	100	100
		4	45	45	45
		5	45	45	50
	2.ºCiclo	>2	100	100	100
	7.º Ano	>2	100	100	100
		4	40	45	45
		5	45	45	50
	8.º Ano	>2	100	100	100
		4	45	45	45
		5	50	50	55
	9.º Ano	>2	100	100	100
		4	50	50	45
		5	45	50	55
	3.ºCiclo	>2	100	100	100

**Quadro II – Quadros de referência 2º e 3º Ciclo
Insucesso**

		2011/2012	2012/2013	2013/2014	Média
2.º Ciclo	5.º Ano	4,3	9,1	4,7	6
	6.º Ano	8,1	10,4	9,1	9,2
	Total Ciclo	6,5	9,7	6,8	7,7

3.º Ciclo	7.º Ano	8,8	9	23,8	13,9
	8.º Ano	3,7	5,5	7,9	5,7
	9.º Ano	2,2	10,2	17,1	9,8
	Total Ciclo	4,7	8,4	15,9	9,7

50

Abandono

		2011/2012	2012/2013	2013/2014	Média
2.º Ciclo	5.º Ano	1,4	0,8	0,4	0,9
	6.º Ano	1,1	1,7	0,8	1,2
	Total Ciclo	1,2	1,2	0,6	1

3.º Ciclo	7.º Ano	0	0,9	1,6	0,8
	8.º Ano	0	0	0	0
	9.º Ano	0	0	0,8	0,3
	Total Ciclo	0	0,4	0,8	0,4

Quadro III – Insucesso: metas globais

		Metas para o triénio (%) 2014/2017 Inferior a:		
		2014/2015	2015/2016	2016/2017
1.º Ciclo	1.º Ano	0	0	0
	2.º Ano	8,5	8,3	8,1
	3.º Ano	2	1,8	1,6
	4.º Ano	2,5	2,3	2,1
	Total Ciclo	3,25	3,1	2,95

2.º Ciclo	5.º Ano			
	6.º Ano			
	Total Ciclo			

3.º Ciclo	7.º Ano			
	8.º Ano			
	9.º Ano			
	Total Ciclo			

Quadro III – Abandono

		Metas para o triénio (%) 2014/2017 Inferior a:		
		2014/15	2015/16	2016/17
1.º Ciclo	1.º Ano	0	0	0
	2.º Ano	0	0	0
	3.º Ano	0	0	0
	4.º Ano	0	0	0
	Total Ciclo	0	0	0

2.º Ciclo	5.º Ano			
	6.º Ano			
	Total Ciclo			

3.º Ciclo	7.º Ano			
	8.º Ano			
	9.º Ano			
	Total Ciclo			